

# PARCERIAS OU DOMINAÇÃO? A Relação entre Grandes Projetos e Comunidades Quilombolas no Rio Trombetas, Oriximiná, Pará.

**Juliene Pereira dos Santos<sup>1</sup>**

## Introdução

A inserção da Mineração Rio do Norte (MRN) na região do Rio Trombetas, localizada no município de Oriximiná, Pará, constitui um fenômeno de considerável complexidade que demanda uma análise socioantropológica meticulosa. Este enclave industrial emerge como uma entidade de relevância social, permeada por uma intrincada rede de relações de poder, interesses econômicos e dinâmicas culturais. O presente artigo representa a consolidação de um estudo acadêmico aprofundado, derivado da tese de doutorado intitulada “Territorialidades Específicas no Alto Rio Trombetas: Reflexões sobre os modos de vida quilombola em confronto com grandes projetos”. Como membro da comunidade quilombola nativa dessa região e afetado desde a infância por esse projeto de mineração, realizei uma análise reflexiva das complexas dinâmicas resultantes das estratégias empresariais de exploração mineral na Amazônia.

---

<sup>1</sup> Quilombola de Cachoeira Porteira, município de Oriximiná, Pará; Doutora em Antropologia (PPGA/UFGA), Mestra em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA/UEMA). Pesquisador do Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais-CNPq-UEA (ver [www.novacartografiasocial.com](http://www.novacartografiasocial.com)). Pós-Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND/UFOPA).

O Rio Trombetas, situado no município de Oriximiná, Pará, desempenhou um papel crucial desde o século XIX como refúgio para os negros escravizados que buscavam escapar da opressão. Essa história de resistência moldou a geografia e os modos de vida das quarenta e duas comunidades quilombolas autoidentificadas e oficialmente reconhecidas ao longo de suas margens. Ao longo do tempo, a história dessa região foi moldada por uma série de transformações socioeconômicas e políticas que ecoam as estruturas mais amplas de poder e dominação. Desde o século XIX, o Rio Trombetas tem sido palco de uma narrativa de resistência e exploração, marcada pela presença de comunidades quilombolas ancestrais que buscaram nas suas margens não apenas um refúgio físico, mas também um espaço de afirmação identitária em meio à opressão colonial e pós-colonial (Acevedo; Castro, 1998).

A escolha de focalizar esta pesquisa na interseção entre as comunidades quilombolas e as operações da MRN se justifica não apenas pela minha relação de parentesco e pertencimento ao território, mas também pela intensidade dos efeitos e tensões resultantes das políticas ambientais e da exploração mineral nessa região. Processos como expropriação territorial, violência física e simbólica, e a utilização de tecnologias de vigilância têm marcado a experiência das comunidades quilombolas ao longo das últimas décadas.

A entrada da MRN nesse cenário insere-se em um contexto de expansão do capitalismo globalizado, caracterizado por uma intensificação das atividades extrativistas na região amazônica em busca de recursos naturais. Sob essa lente, a presença da MRN não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como parte integrante de um sistema mais amplo de produção e reprodução do capital, no qual as relações de classe, raça e gênero desempenham um papel central na configuração das dinâmicas sociais e ambientais.

Paralelamente à expansão da mineração, a criação de áreas protegidas, Reserva Biológica do Rio Trombetas (1979) e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (1989), teve implicações conflitivas. Embora apresentadas como

iniciativas de proteção ambiental, essas áreas frequentemente restringem o acesso das comunidades quilombolas aos recursos naturais necessários para sua reprodução física e social, sem reconhecer plenamente seus direitos territoriais e modos de vida tradicionais. A intrusão dessas políticas de conservação com a exploração mineral exacerba os conflitos socioterritoriais, impondo novas camadas de marginalização e resistência.

Ao examinar criticamente essas dinâmicas, este estudo busca contribuir para um entendimento mais aprofundado das interações complexas entre empresas mineradoras, processos de licenciamento ambiental, áreas protegidas e comunidades tradicionais na Amazônia. Além disso, pretende-se aprofundar a reflexão sobre a importância da participação das comunidades nas tomadas de decisão diante da necessidade de implantação de grandes projetos, assegurando-lhes o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme prevê a Convenção 169 da OIT. O licenciamento ambiental de grandes projetos industriais na Amazônia, como os projetos de expansão de áreas de exploração mineral tem sido objeto de intensos debates na Antropologia (Bronz, 2016), especialmente quando se trata dos efeitos sobre comunidades tradicionais, como os quilombolas. Investigar as estratégias empresariais envolvidas nesses processos e as violações de direitos humanos decorrentes é fundamental para uma compreensão detida das dinâmicas socioambientais na região

A metodologia adotada neste estudo incorpora uma abordagem antropológica que visa compreender as complexas interações entre as estratégias empresariais da MRN e as violações de direitos humanos face aos processos de licenciamento ambiental no âmbito das comunidades quilombolas na região do Rio Trombetas. Para tanto, utilizamos uma mescla de técnicas qualitativas, incluindo etnografia de documentos e observações diretas durante uma audiência pública realizada no município de Oriximiná em maio de 2023.

A etnografia de documentos nos permite acessar e analisar uma variedade de fontes escritas, incluindo o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e o Estudo do Componente Quilombola (ECQ).

Esses documentos fornecem informações detalhadas sobre os impactos ambientais, sociais e culturais das operações de mineração na região, bem como as medidas propostas para mitigar esses impactos. Ao analisar esses documentos, buscamos não apenas compreender os delineamentos técnicos do projeto, mas também as vozes, apreensões e resistências que emanam das comunidades quilombolas afetadas.

Além disso, realizamos observações diretas durante uma audiência pública realizada no município de Oriximiná. A audiência pública constituiu-se como um espaço de encontro e diálogo entre diferentes atores sociais, incluindo representantes da MRN, agências governamentais, organizações da sociedade civil e membros das comunidades quilombolas, pesquisadores e movimentos sociais. Através da observação participante e da escuta ativa, buscamos captar as múltiplas vozes e pontos de vista expressos na audiência pública.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar os efeitos socioeconômicos e culturais da implementação do Projeto Trombetas e das unidades de conservação ambiental sobre as comunidades quilombolas do Rio Trombetas, com foco nas dinâmicas de resistência e conflitos socioterritoriais resultantes dessas intervenções. A pergunta norteadora que guia este estudo é: como as comunidades quilombolas do Rio Trombetas têm resistido às pressões impostas pelo Projeto Trombetas e pelas unidades de conservação ambiental, e quais são os principais conflitos socioterritoriais emergentes dessas intervenções?

A expansão das operações de mineração no Rio Trombetas, conduzidas pela Mineração Rio do Norte (MRN), tem sido justificada frequentemente através da narrativa de parcerias com as comunidades locais, incluindo os quilombolas. No entanto, uma análise crítica revela que essa ideia de parceria muitas vezes mascara conflitos profundos e a marginalização das comunidades tradicionais. A MRN, desde a sua instalação na década de 1970, promove a mineração de bauxita como um motor de desenvolvimento econômico, prometendo benefícios como empregos, infraestrutura e investimentos sociais. A empresa frequentemente se apresenta como uma

“parceira” das comunidades locais, afirmando que suas operações são realizadas em cooperação com esses povos e comunidades tradicionais, respeitando seus direitos e contribuindo para sua melhoria de vida. Contudo, essa retórica de parceria deve ser problematizada. As comunidades quilombolas do Rio Trombetas têm uma relação simbiótica com seu território, que vai além do uso econômico da terra. Para essas comunidades, o território é um espaço de reprodução cultural, social e econômica, onde práticas tradicionais, como a extração de óleos, a pesca e a agricultura de subsistência, são centrais para sua identidade e sobrevivência.

Para dar conta dessa discussão, o artigo está estruturado de forma a proporcionar uma análise abrangente das dinâmicas socioeconômicas e culturais envolvendo as comunidades quilombolas do Rio Trombetas e a Mineração Rio do Norte (MRN). O corpo do artigo é dividido em seções que discutem os efeitos da mineração e das unidades de conservação sobre as comunidades quilombolas, explorando temas como expropriação territorial, violência simbólica e física, e estratégias de resistência. A discussão final sintetiza os achados, enfatizando a contínua luta das comunidades pela preservação de seus direitos e modos de vida tradicionais frente às pressões do desenvolvimento econômico e das políticas de conservação ambiental.

## Quilombolas do Rio Trombetas: (re)sistência e conflitos socioterritoriais

O rio Trombetas está localizado no município de Oriximiná, que pertence ao estado do Pará, na região Norte do Brasil. Este rio é um importante afluente do rio Amazonas e faz parte da vasta bacia hidrográfica amazônica. Oriximiná, o segundo maior município em extensão territorial do Pará, está situado na margem direita do rio Amazonas e abrange uma área de aproximadamente 107.604 km<sup>2</sup>. Estudos recentes mostram que rio Trombetas tem sido um cenário de significativas narrativas de resistência desde o século XIX (Acevedo; Castro, 1998; Andrade, 1995; Funes, 2000; Farias Junior, 2016). Inicialmente, foi um refúgio para negros escravizados

que, fugindo da opressão, encontraram nas margens desse rio um espaço para a construção “mocambos” e quilombos libertos (Acevedo; Castro, 1998). Esses “mocambos”, se enfrentaram as pressões coloniais que enviava forças punitivas para destruir os mocambos e recapturar os negros em situação de fuga, se organizando politicamente, formando hoje um conjunto de quarenta e duas comunidades autoidentificadas e oficialmente reconhecidas como quilombolas.

A história das comunidades quilombolas no rio Trombetas foi moldada por transformações socioeconômicas e políticas que ecoam estruturas mais amplas de poder e dominação. Desde o período colonial até os dias atuais, essas comunidades enfrentaram diversas formas de expropriação e marginalização, resistindo à dominação externa enquanto afirmavam suas identidades culturais e territoriais. A presença das comunidades quilombolas no rio Trombetas é, portanto, não apenas um testemunho de resistência, mas também uma expressão de modos de vida específicos que desafiam as lógicas hegemônicas de desenvolvimento que se instalou nessa região, como a implantação do Projeto Trombetas (Acevedo; Castro, 1998).

O Projeto Trombetas, implantado em Oriximiná na década de 1970, refere-se à iniciativa de mineração de bauxita conduzida pela Mineração Rio do Norte (MRN). Este projeto é um dos maiores empreendimentos de mineração de bauxita do Brasil e foi criado para explorar as vastas reservas deste mineral na região do rio Trombetas, no estado do Pará. A descoberta de grandes depósitos de bauxita, matéria-prima essencial para a produção de alumínio, motivou a implantação do Projeto Trombetas. A região do rio Trombetas, com suas reservas abundantes e de alta qualidade, tornou-se o foco de interesse para a indústria de mineração. No começo da década de 1960, a Mineração Rio do Norte (MRN) foi fundada como uma joint venture composta por várias empresas nacionais e internacionais, incluindo a Companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale S.A.) e a multinacional Alcoa (Machado; Lima, 2007).

A MRN empresa estabeleceu-se na região do rio Trombetas durante um período de intensa expansão das atividades extrativistas na Amazônia,

impulsionadas por políticas de desenvolvimento que privilegiavam a exploração dos recursos naturais da região. A implementação do Projeto Trombetas envolveu a construção de uma infraestrutura considerável para suportar as operações de mineração e exportação de bauxita. Isso incluiu: grandes áreas desmatadas para a extração de bauxita através de minas a céu aberto; um porto fluvial construído para permitir o transporte da bauxita extraída para mercados internacionais; estradas e outras instalações de suporte foram desenvolvidas para facilitar o transporte do minério das minas ao porto.

Durante o período em que a Mineração Rio do Norte (MRN) se instalou no rio Trombetas, na década de 1970, foram também criadas duas unidades de conservação: a Reserva Biológica do Rio Trombetas (1979) e a Floresta Nacional Saracá-Taquera (1989). Estas iniciativas de conservação ambiental, embora aparentemente voltadas para a proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, tiveram implicações complexas sobre as comunidades quilombolas, especialmente quando consideradas em conjunto com as pressões impostas pela mineração.

Como quilombola nascida no final da década de 1980, no rio Trombetas, minha vida e corpo foram profundamente afetados pelas ações do Projeto Trombetas. Ao longo dos anos, testemunhei de perto as mudanças drásticas e as consequências que a instalação da Mineração Rio do Norte (MRN) e a implantação de áreas protegidas trouxeram para nossa comunidade e nosso modo de vida. Essa experiência pessoal, marcada pela insegurança, desrespeito aos nossos direitos territoriais e modos de vida foi um dos principais motivos que me levaram a me tornar antropóloga. Esta ciência social me oferece as ferramentas teóricas e metodológicas para compreender as complexas estruturas de poder que moldam a relação entre projetos de desenvolvimento e comunidades tradicionais. Não obstante posso analisar criticamente como as políticas de desenvolvimento são implementadas e nos afetam. Meu objetivo é não apenas documentar e analisar essas dinâmicas, mas também contribuir para a luta por justiça social

e o reconhecimento dos direitos dos quilombolas e outras comunidades tradicionais.

A chegada da MRN, associada à projetos de conservação da natureza não apenas alteraram a paisagem física, mas também perturbou profundamente as nossas identidades culturais e nossas territorialidades, construídas pelos usos dos recursos e os saberes desenvolvidos sobre o território e elaborados ao longo do tempo (Acevedo; Castro, 1998). As comunidades quilombolas possuem uma relação simbiótica com o território, onde práticas culturais, tradições e conhecimentos são inventados pelos mais velhos e reinventados pelo mais jovens como, reforçando nossa identidade frente as fronteiras sociais. Além disso, a exploração mineral destruiu espaços de roças, desterritorializou noventa família do quilombo Boa Vista (Acevedo; Castro, 1998) e vem destruindo nossas áreas de extração de óleos de andiroba e copaíba, resultando em um deslocamento de área de uso. Por outro lado, a criação dessas unidades de conservação e atos de estado causaram ao deslocamento de quilombolas que viviam no lago do Jacaré, a restrição do acesso aos recursos naturais que essenciais para sua reprodução física e social. As áreas que anteriormente eram utilizadas para a caça, pesca e coleta de produtos florestais passaram a ser consideradas áreas de proteção, limitando as atividades tradicionais dessas comunidades. Tais medidas restritivas, grosso modo, não apenas ameaçam nossa segurança alimentar e econômica, mas também mina nossa autonomia e autodeterminação.

As unidades de conservação criaram uma nova camada de regulamentação sobre o uso da terra, entrando em conflito com os direitos territoriais e as práticas tradicionais das comunidades quilombolas. O intrusamento de áreas de conservação e territórios quilombolas gerou tensões, uma vez que as políticas de conservação não consideravam a presença e os direitos históricos de nossas unidades sociais (Farias Junior, 2016). Simultaneamente, a expansão da mineração pela MRN exerceu uma pressão adicional sobre o território e os recursos naturais. A mineração intensiva não só levou à degradação ambiental e a poluição de lagos como o

Batata<sup>2</sup>, mas também exacerbou os conflitos fundiários. As áreas de conservação, ao serem criadas, aparentemente serve como um escudo legal contra a devastação, mas na prática, a mineração continuou a avançar, favorecida por interesses econômicos e pela flexibilização das regulamentações ambientais.

Neste sentido, as comunidades quilombolas foram duplamente marginalizadas: por um lado, pelo projeto de desenvolvimento econômico representado pela mineração; por outro, pelas políticas de conservação ambiental que não reconhecem plenamente seus modos de vida e direitos territoriais, essa marginalização reflete uma forma de exclusão, onde as narrativas de progresso e conservação ambiental invisibilizam as histórias e necessidades de povos e comunidades tradicionais, se configurando como uma forma de violência simbólica (Leite, 2010). Essa dupla marginalização reflete uma forma de racismo estrutural que invisibiliza as necessidades e narrativas das comunidades tradicionais.

As unidades de conservação e a mineração representam formas de dominação que impõem um modelo exógeno de desenvolvimento e uso da terra, ignorando as realidades locais, reforça dinâmicas racistas que

---

2 O lago do Batata é conhecido no rio Trombetas como o "o desastre do Batata", por ter sido depósito de despejo de rejeito de bauxita desde a primeira mina explorada pela MRN. Segundo Wanderley (2021), o impacto do descarte de rejeitos, gerado pela primeira lavagem do minério, é um fenômeno comum em empreendimentos de extração mineral, onde o material sem valor comercial é descartado nas proximidades para reduzir custos. No caso do complexo de mineração de bauxita no vale do rio Trombetas, iniciado pela canadense Alcan em 1971, não havia um sistema de disposição para o resíduo mineral, resultando na escolha de "sacrificar o Batata" ao invés de construir uma barragem de rejeitos, decisão que teria maiores impactos ambientais e financeiros. Desde o início das operações em 1979, até a construção de uma tubulação em 1984 que depositava o rejeito diretamente no lago Batata, aproximadamente 24 milhões de toneladas de sólidos foram descartadas em dez anos, afetando 630 hectares do lago. Essa escolha política refletiu a falta de consciência ambiental na época e a pressão internacional crescente nos anos 1980 levou a uma mudança no método de disposição para barragens em 1989. No entanto, o novo sistema não teve amplo licenciamento ambiental, e os danos ambientais e sociais persistem até hoje, necessitando de reparação e indenização.

perpetuam a subalternidade das comunidades quilombolas na sociedade mais ampla. As comunidades quilombolas, por sua vez, expressam resistência através da luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais, buscando afirmar sua presença e importância histórica no território.

## Entre o esgotamento e a “continuidade”: as novas zonas de bauxita

A expansão das operações da Mineração Rio do Norte (MRN), impulsionada pelo esgotamento técnico dos platôs de bauxita existentes, é um reflexo da constante busca da indústria extrativista por novas áreas de exploração. Desde a década de 1990, a MRN tem implementado uma série de projetos de expansão, abrindo novos platôs de extração, como Saracá (1993), Papagaio (1997), Periquito (2001), Almeida (2002) e Aviso (2002). Essa dinâmica é uma resposta direta à finitude do recurso mineral e à necessidade de garantir um suprimento contínuo de bauxita para a produção de alumínio.

A empresa denomina esse processo de expansão como “continuidade” ou “manutenção” do projeto minerador, destacando a importância de assegurar a viabilidade econômica e operacional das operações de mineração a longo prazo, de modo que as decisões da MRN em relação às novas zonas de bauxita são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo considerações econômicas, operacionais, ambientais e de planejamento de longo prazo. No entanto, ao mesmo tempo, essa linguagem oculta os efeitos socioambientais da expansão, como o deslocamento de comunidades locais, a degradação ambiental e a perda de biodiversidade. A designação de “continuidade” ou “manutenção” dar a impressão de que a empresa está apenas mantendo suas operações existentes, quando na verdade está explorando novas áreas de mineração para compensar o esgotamento dos recursos em locais anteriores. Trata-se de uma estratégia de *marketing* para minimizar preocupações sobre a expansão e seus efeitos negativos.

A estruturação das operações da Mineração Rio do Norte (MRN) em zonas distintas dentro da Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera, conforme descrita no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) de 2021, elaborado pela ARCADIS, revela uma abordagem estratégica da empresa para garantir a “continuidade” de suas atividades de mineração. Essa estratégia reflete não apenas a busca por extração contínua de recursos minerais, mas também uma organização espacial que influencia dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na região.

Na configuração atual, a Zona Leste (ZL) representa o núcleo das operações da MRN, caracterizada pela presença de platôs em diferentes estágios operacionais. Essa zona não só abriga platôs em operação regular, como Teófilo, Cipó, Greigh, Aramã, Monte Branco, Saracá e Bela Cruz, mas também aqueles em processo de recuperação ambiental. A presença de uma infraestrutura robusta, como sistemas de britagem, correias transportadoras e estradas de acesso, evidencia a complexidade e a magnitude das atividades mineradoras nessa área.

Por outro lado, a Zona Oeste (ZO) é caracterizada como uma área de reservas de depósitos minerais com potencial de uso a longo prazo. Platôs como Cruz Alta, Cruz Alta Oeste, Morcego e Peixinho compõem essa zona, indicando uma estratégia de planejamento que vai além das demandas imediatas do mercado. Essa caracterização sugere uma visão de longo prazo da empresa, considerando a viabilidade futura da exploração mineral nessa região.

A Zona Central (ZC), por sua vez, emerge como o epicentro das discussões sobre licenciamento ambiental e as estratégias empresariais para a expansão das operações. Além de representar um centro de interesse econômico, essa zona é um ponto focal para compreender as interseções complexas entre os processos de licenciamento ambiental, as estratégias empresariais e os efeitos sociais e ambientais decorrentes da exploração de bauxita na região do rio Trombetas. Essa análise da disposição de platôs de bauxita em zonas revela como a organização espacial das operações mineradoras da MRN não apenas molda o ambiente físico, mas também

influencia as relações sociais e econômicas na comunidade local, além de afetar o ecossistema circundante.

Além da exploração mineral, o projeto compreende a criação de uma série de infraestruturas de apoio, tanto temporárias como permanentes, como estradas, alojamentos e escritórios. Notavelmente, os platôs Cruz Alta Leste, Escalante e Rebolado afetam, direta e indiretamente, os territórios quilombolas do Alto Trombetas I, Boa Vista e constitui forte problemática com o Território Alto Trombetas II, que tecnicamente não são considerados afetados diretamente. A Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015, estabelece que no caso de projetos minerários na região amazônica, a Área de Influência Direta (AID) é limitada a 10 km, medidos a partir do eixo(s) do(s) barramento(s) e respectivo corpo central do(s) reservatório(s). Esses parâmetros técnicos suscitam uma série de questões por parte dos quilombolas do Alto Trombetas I, que afirmam que apenas 100 (cem) metros os separam da AID.

Como esse projeto afetará a qualidade da água que consomem, a cadeia produtiva de castanha, andiroba, copaíba, entre outros recursos naturais essenciais à reprodução do seu modo de vida? Que medidas de mitigação e compensação serão tomadas? Essas questões se tornam preocupantes, quando refletimos os efeitos ambientais drásticos desses projetos de mineração para além do desmatamento e da usurpação de territórios e focalizamos as violações ambientais a curto e longo prazo, tal como identificado no estudo de Wanderley (2021), vejamos:

A expansão das minas e a aceleração da produção foi à custa de quase três dezenas de violações ambientais identificadas pelo Ibama (dados de 2021). Dos 28 autos de infração cadastrados pelo órgão ambiental entre 2000 e 2021, seis foram por lançamento no ambiente de resíduos líquidos ou sólidos em desacordo com a lei; cinco por deixar de adotar medidas de precaução em caso de risco ou danos graves; outras cinco ao não atender condicionantes ou exigências legais; além de outras quatro por desmatamento ilegal (Gráfico 4). Apesar da média de 1,3 infrações por ano, a maioria dos autos de infrações foram lavrados nas mesmas

vistorias ou em dias muito próximos nos anos de 2005 (7 infrações), 2008 (3), 2018 (9) e 2019 (3) (Wanderley, 2021, p. 26).

A assertiva de Wanderley (Idem) sobre as violações ambientais associadas à expansão das minas na região do Trombetas, conforme dados do Ibama até 2021, destaca um quadro preocupante de infrações cometidas ao longo do tempo. A incidência de quase três dezenas de violações, conforme os registros do órgão ambiental, evidencia a frequência desses episódios, sendo que as infrações mais recorrentes envolvem lançamento inadequado de resíduos, negligência em adotar precauções diante de riscos, descumprimento de condicionantes legais e desmatamento ilegal.

Essas constatações fundamentam a compreensão da aceleração da produção e expansão das minas como um processo que, embora seja vendido com a premissa de “benefícios econômicos”, “mineração sustentável”, é permeado por práticas que comprometem a fauna, a flora, os recursos hídricos, consequentemente, afetam diretamente os quilombolas e ribeirinhos que vivem na foz do rio Trombetas. Ao discorrer sobre a noção de “ambientalização dos conflitos”, com foco nas transformações dos conflitos sociais, especialmente aqueles relacionados à degradação ambiental causada por empreendimentos, em uma arena na qual as questões ambientais passam a desempenhar um papel central, Lopes (2004) observa que, “à medida mesmo que a temática se impõe e o movimento avança, os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à atuação e procuram usá-la a seu favor” (LOPES, 2004, p. p.32).

## O processo de licenciamento ambiental do PNM

As audiências públicas são momentos de encontro e diálogo entre diferentes grupos de interesse, incluindo representantes de empresas, órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e, crucialmente, as comunidades diretamente afetadas pelo projeto. São espaços onde múltiplas vozes

se encontram, competem e colaboram, com agentes sociais de menor poder político buscando reverter projetos e decisões que afetarão suas vidas e territórios. Nessa perspectiva, Bronz (2016, p. 28) classifica as audiências públicas como atos administrativos consultivos que oferecem à sociedade civil a oportunidade de expressar suas opiniões, críticas e sugestões em relação ao projeto.

Admitindo a relevância dessa audiência pública no âmbito da participação popular, é pertinente indagar: de que maneira a audiência pública realizada para debater o Projeto Novas Minas em Oriximiná, Pará, reflete as dinâmicas de interação social e política entre empresas, comunidades quilombolas e órgãos governamentais em contextos de grandes projetos na Amazônia? Quais foram os principais elementos rituais, performances e estratégias de representação observados durante esse evento e de que forma esses aspectos podem influenciar as tomadas de decisão e os conflitos entre os diversos atores envolvidos?

A audiência pública do PNM, realizada em Oriximiná em 12 de maio de 2023, levanta um marco nas discussões em torno da exploração de bauxita na região do Alto Rio Trombetas, enquanto um ritual social e político. Mediante uma abordagem etnográfica, busca-se compreender não apenas o que foi dito durante a audiência, mas também como as interações, os silêncios, as omissões, as performances, os conflitos e as negociações moldaram a audiência pública. Além disso, a análise antropológica lança luz sobre as tensões subjacentes, os sistemas de significado e os efeitos das decisões tomadas nesse espaço de participação pública.

Como antropóloga, concebo a audiência pública como um evento que se insere em um rito de “passagem”, composto por fases distintas, desde a convocação até os desdobramentos posteriores e suas consequências. Este conceito de “ritual de passagem”, desenvolvido pelo antropólogo Victor W. Turner, é uma lente analítica utilizada para examinar rituais que marcam transições e mudanças significativas na vida de indivíduos ou comunidades. Turner delineou essa estrutura em seu livro “Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu”, descrevendo três fases principais: a) Fase

de separação, na qual os participantes são retirados de seu estado anterior ou posição social, envolvendo separação física, simbólica ou social; b) Fase de Margem ou Transição, durante a qual os participantes encontram-se em um estado de liminaridade, no limiar entre seus estados antigos e novos, caracterizado por incerteza e ambiguidade; c) Fase de Agregação ou Incorporação, na qual os participantes emergem do estado de liminaridade, sendo reintegrados à sociedade, porém em um novo estado, com novos papéis e responsabilidades.

O processo de licenciamento ambiental é um empreendimento multifacetado, que envolve uma variedade de atores, como empresas, órgãos reguladores, agências governamentais, comunidades locais e grupos de interesse. Este processo caracteriza-se por ser um campo de estrutura hierárquica, marcado por relações de poder bastante desiguais (Zhour, 2008). De acordo com Turner (2005), tais rituais não se limitam a meras cerimônias, mas desempenham um papel crucial na construção e manutenção da identidade, coesão social e negociação de mudanças na sociedade. Portanto, as audiências públicas emergem como arenas onde as partes interessadas expressam seus pontos de vista, preocupações e interesses sobre projetos que afetam o meio ambiente e as comunidades locais.

A primeira audiência pública em Oriximiná relacionada aos processos de licenciamento ambiental mineral, conforme relato de Acevedo e Castro (1998), ocorreu em 1992, a pedido do CEDENPA, para debater o projeto da Alcoa no contexto do Projeto Mina de Bauxita da Amazônia. Este evento contou com a participação de diversos atores sociais, incluindo movimentos sociais, o movimento negro, pesquisadores e outros interessados. No contexto do Projeto Novas Minas em Oriximiná, a audiência pública do PNM em 2023 emergiu como um palco crucial para representar diversos interesses, destacando-se atores como o poder público municipal, comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, ICMBio e movimentos sociais. Goffman (1985) compara interações sociais a performances teatrais, onde diferentes atores desempenham papéis e empregam estratégias de representação para criar uma imagem idealizada. Isso implica que as empresas,

ao interagir com a sociedade civil, buscam retratar-se de maneira favorável e socialmente aceitável. Cada um desses atores sociais influencia o destino do projeto e sua implementação, sendo o processo de licenciamento ambiental um motivador para as empresas adotarem estratégias específicas. Elas podem buscar alianças com agências reguladoras, influenciar a opinião pública, promover ações de responsabilidade social e ambiental e até ajustar o projeto para garantir aprovação, numa interação social que Bronz (2020) descreve como “efeito catalisador”.

Residindo em Oriximiná desde o início de 2023, tive a oportunidade de imergir nas dinâmicas socioculturais que permeiam a região. Durante esse período, pude acompanhar de perto a divulgação abrangente da audiência pública, cujo Plano de Comunicação adotou uma abordagem estratégica baseada em princípios do marketing empresarial. Esta estratégia enfatizou conceitos como “desenvolvimento regional”, destacando a geração de empregos e a promessa de “responsabilidade corporativa” em relação ao ambiente e às comunidades historicamente ligadas à região ribeirinha do rio Trombetas.

Metodologicamente, analiso a audiência pública em três fases distintas que visam a legitimação do projeto: a construção da imagem empresarial, o evento da própria audiência pública e a interpretação do público. Essa estrutura ritualística ajuda a compreender as complexas dinâmicas sociais que ocorreram durante a audiência, incluindo a negociação de interesses, a expressão de preocupações e a busca por soluções. Essas ações estão integradas ao Plano de Comunicação do Licenciamento Ambiental do Projeto Novas Minas, apresentado em novembro de 2022.

#### A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM EMPRESARIAL

A construção da imagem empresarial é um processo complexo e estratégico que envolve diversas ações de comunicação, particularmente em contextos de licenciamento ambiental, onde a interação com as comunidades e o público em geral é crucial. No Brasil, conforme estipulado pelo Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Plano de Comunicação Ambiental (PCA) é um componente essencial do licenciamento ambiental de empreendimentos. Este plano visa garantir a transparência, a disseminação de informações e a participação pública nas questões ambientais, desempenhando um papel central na formação da percepção pública sobre o empreendimento. A empresa utilizou o PCA como uma ferramenta para desenvolver estratégias visando moldar a percepção pública do projeto. O plano não apenas atendeu às exigências legais, mas também serviu para promover uma narrativa positiva em torno do empreendimento, destacando os compromissos ambientais e sociais da empresa.

Goffman (1985), em sua análise sobre a apresentação de identidades em interações sociais, sugere que as organizações, assim como os indivíduos, constroem e gerenciam suas imagens de forma estratégica. A empresa, consciente de como deseja ser realizada, utiliza o PCA para se apresentar como uma entidade responsável e comprometida com o meio ambiente e o bem-estar das comunidades locais. Esse processo envolveu uma seleção cuidadosa de “cenários” e “figurinos” – no caso da empresa, representados por *outdoors*, mensagens, vídeos e eventos presenciais.

Diversas ações de comunicação foram renovadas para promover a imagem do Projeto Novas Minas (PNM). A colocação de *outdoors* nas principais ruas de Oriximiná, que exibem imagens de quilombolas usando o uniforme da mineradora em cenários verdes, é um exemplo claro de como a empresa busca associar sua imagem à responsabilidade ambiental e social. A criação de um site específico para o projeto e o lançamento de vídeos promocionais também são estratégias destinadas a alcançar um público mais amplo e diversificado.

Além dessas mídias, eventos presenciais como a Sessão Especial na Câmara Municipal de Oriximiná e as chamadas “reuniões prévias” realizadas nos territórios quilombolas e outras áreas afetadas são ações que visam estabelecer um diálogo direto com as comunidades. Essas reuniões, embora não substituam um processo de Consulta e Consentimento Prévio, Livre

e Informado (CCLPI), conforme previsto na Convenção nº 169 da OIT, são uma tentativa de envolver as comunidades de forma mais direta.

No entanto, essas estratégias de comunicação revelam frequentemente uma assimetria de poder entre a empresa e as comunidades afetadas. As “reuniões prévias”, muitas vezes, são descritas como rápidas e de curta duração, utilizando uma linguagem técnica inacessível às comunidades locais. Isso limita a capacidade dessas comunidades de participarem efetivamente na discussão e na tomada de decisões. Como observado por Adriene S. dos Santos, liderança do Território Alto Trombetas I, a falta de tempo e de esclarecer nas explicações dificulta a compreensão dos impactos do projeto e a participação informada das comunidades.

Essa dinâmica cria um desequilíbrio nas negociações, favorecendo os interesses da empresa em detrimento das comunidades. A utilização de estratégias de *marketing* e a realização de reuniões prévias, embora criem uma aparência de participação e transparência, minam a participação efetiva das comunidades nas decisões que afetam suas vidas.

## A Audiência Pública como Espaço de Disputa

Em maio de 2023, o IBAMA realizou audiências públicas em Faro, Terra Santa e Oriximiná sobre o licenciamento de exploração de bauxita. Essas audiências, supostamente um espaço de participação pública e transparência, pretendiam incorporar as vozes das comunidades locais nas decisões. A audiência em Oriximiná, em 12 de maio de 2023, foi particularmente significativa, marcando um momento crucial nas discussões sobre a exploração de bauxita na região do Alto Rio Trombetas. Através de uma abordagem etnográfica, buscou-se entender não apenas o conteúdo das falas, mas também as interações, silêncios, omissões e conflitos que moldaram a audiência pública. A análise antropológica revelou as tensões subjacentes e os sistemas de significado presentes, destacando as assimetrias de poder. Observações diretas e a coleta de dados em campo permitiram captar as dinâmicas de poder manifestadas durante o evento.

A chuva persistente no dia da audiência não impediu a participação ativa das comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas, que trouxeram suas preocupações e esperanças. O Cliper Santo Antônio, local do evento, foi estrategicamente organizado para acomodar os diferentes atores presentes, desde representantes políticos até membros das comunidades locais. A transmissão online pelo YouTube ampliou o alcance da audiência, mas as interações virtuais não foram respondidas em tempo real, servindo mais como uma forma de disseminação de informações.

A disposição dos assentos na audiência pública refletia claramente a hierarquia de poder, com representantes do IBAMA, MRN e ARCADIS posicionados em lugares centrais e privilegiados. O regulamento da audiência, detalhado minuciosamente, estipulava os tempos de fala e o procedimento de inscrição para manifestações, destacando a natureza formal e controlada do evento. A saudação inicial, direcionada primeiramente aos representantes políticos e autoridades locais, sublinhou a centralidade dessas figuras, enquanto as comunidades tradicionais eram relegadas a posições secundárias.

Os discursos dos representantes da MRN e ARCADIS visavam legitimar os projetos de mineração, reforçando a imagem de responsabilidade corporativa. A retórica utilizada tinha como objetivo engajar as comunidades locais, enfatizando a continuidade das operações e os benefícios econômicos prometidos. A apresentação detalhada sobre a atuação e experiência no campo do Licenciamento Ambiental Federal funcionou como uma tentativa de legitimação perante a audiência, ao demonstrar que uma equipe de “técnicos especialistas” estava no controle do projeto. Destacaram-se a temporalidade e a minuciosidade do estudo, sugerindo um compromisso rigoroso com a análise, mas também funcionando como uma estratégia para adiar preocupações e críticas do público. Além disso, a delimitação da área de estudo focou nas estruturas do projeto, evitando deliberadamente uma discussão mais ampla sobre os impactos em toda a região, especialmente nas comunidades locais.

Essa dinâmica evidenciou como, sob a fachada de participação pública, prevalecem as estruturas de poder e a retórica empresarial, frequentemente marginalizando as vozes e preocupações das comunidades diretamente afetadas.

Nós fazemos esse nessa análise mais de todos os municípios para depois entrar especificamente naquelas comunidades que estão em contato direto com os Igarapés e que são as comunidades que podem ser mais afetadas. Então aqui vocês estão vendo as comunidades são 19 Comunidades dos três municípios: as comunidades do Território AT II e Boa Vista as comunidades de Oriximiná, Boa Nova, Curral Velho, São Braz, Vila Castanheira e Vila Ribeiro. Aqui nessas comunidades nós analisamos todas as condições de vidas trouxemos todas as informações aqui. As comunidades de Terra Santa só para vocês terem uma ideia, são aproximadamente 406 famílias, as comunidades de Oriximiná são 230 famílias e a atividade econômica predominante, é, principalmente o extrativismo a coleta de sementes, caça, cultivo de mandioca para fabricação de farinha dessas comunidades. Comunidades de Faro são aproximadamente 147 famílias também com atividades de extrativismo e também similares as comunidades integra o estudo de impacto ambiental. Também o estudo do componente quilombola como nós falamos, o território Alto Trombetas II e Boa Vista, eles estão dentro da nossa área de estudo esses estudos são conduzidos por outra empresa de consultoria que não é ARCADIS, eles integram no processo de licenciamento e são acompanhados e avaliados pelo IPHAN que é um outro órgão que acompanha esse processo. Com base nesse diagnóstico nós fazemos avaliação de impactos, ou seja, nós caracterizamos toda a área e vamos identificar quais possíveis impactos podem afetar o ambiente e essas populações em torno. Para isso, nós usamos um método consagrado de avaliação de impacto essas informações. (Trecho do discurso do Técnico da ARCADIS, audiência Pública, PNM, em 12 de maio de 2023).

O técnico iniciou destacando a amplitude da análise, mencionando a avaliação de todos os municípios antes de se aprofundar nas comunidades

mais diretamente impactadas. Entretanto, ao falar das comunidades, ele as quantifica de forma técnica, ressaltando números de famílias e atividades econômicas predominantes, como o extrativismo. Nesse momento, as comunidades são tratadas como entidades homogêneas, reduzindo a diversidade de suas realidades sociais e culturais. O discurso ressalta o foco na análise ambiental e a condução dos estudos do componente quilombola por outra empresa de consultoria, não ARCADIS. Essa separação, embora possa ser parte de uma estratégia metodológica, gera uma desconexão entre as dimensões ambientais e sociais do projeto. Além disso, o fato de o EQC ser realizado por uma empresa diferente, embora acompanhada pelo IPHAN, indica a fragmentação das abordagens, evidenciando uma lacuna na compreensão integrada dos efeitos.

A abertura das intervenções do público durante a audiência pública do Projeto Novas Minas (PNM) foi marcada por um cenário de intensa disputa política. O discurso inicial do prefeito, seguido pelos discursos de vereadores, proporcionou um palco para a expressão das disputas políticas municipais. Nesse ambiente, cada representante político que se manifestava era acompanhado por uma trilha sonora de gritos vindos da plateia, que se dividia entre apoiadores fervorosos e opositores igualmente engajados. Essa verdadeira batalha de vozes refletiu a complexidade das questões envolvidas, na medida nesses atores buscaram expressar seus interesses e perspectivas em relação ao projeto e suas implicações e não tiveram espaço, tempo, voz para expor.

Em seu discurso, o prefeito destacou a redistribuição geográfica da mineração, expressando preocupação com a arrecadação municipal oriunda dos royalties da bauxita e a de diversificar a economia em direção ao que ele classificou de “um modelo sustentável”, propondo criar o “Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável”. No entanto, enquanto o prefeito delineava sua visão de diversificação econômica e sustentabilidade, ficou notavelmente ausente a discussão sobre as medidas específicas que seriam tomadas para proteger as comunidades afetadas e mitigar os impactos negativos decorrentes do projeto não foram fornecidos detalhes

sobre planos de proteção ambiental, garantias de qualidade de vida para os povos e comunidades tradicionais ou ações específicas para salvaguardar o patrimônio cultural das comunidades quilombolas, centrando-se fortemente na questão orçamentária municipal.

Ao longo do discurso do prefeito, além dos gritos de apoiadores e opositores, havia a presença de membros do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Oriximiná (SINDSMOR), pediam que o prefeito pagasse o piso salarial dos professores municipais. A manifestação de professores municipais durante a audiência pública do Projeto Novas Minas (PNM) representa uma preocupação específica relacionada às condições de trabalho e salários dos profissionais da educação no município. Essa manifestação destaca as preocupações da sociedade civil que vai além dos efeitos da mineração e se estende às questões sociais, econômicas e de bem-estar. Todavia, essa manifestação, associada ao embate político presente no município, destaca um desvio de atenção, devido à insatisfação com as políticas educacionais locais e com o comprometimento dos recursos do setor de educação.

Esse embate político, ficou evidente na fala do vereador de oposição que sucedeu à intervenção do prefeito, contestando as afirmações sobre a queda na arrecadação municipal destacada pelo prefeito, com a informação disponível no Portal da Transparência municipal. Além disso, o vereador demonstrou seu apoio à mineração, enfatizando que seu próprio sustento é resultado de anos de trabalho na indústria mineral, apontando para um deslocamento da esfera política para a esfera econômica. Zhouri (2008) argumenta que esse deslocamento resulta na invisibilização dos direitos e dos sujeitos coletivos em favor dos interesses e atores particulares. Essa transição enfraquece o sentido político das lutas ambientais, conforme expresso no processo de licenciamento ambiental.

À medida que as autoridades políticas tomavam a palavra, tornava-se evidente a angústia vivenciada pelos quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Esses grupos, entretanto, encontravam-se em uma posição de espera prolongada, sendo os últimos a terem a oportunidade de expressar suas

observações durante o evento. Essa dinâmica revela um desequilíbrio de poder no acesso à expressão e participação nas decisões, destacando uma hierarquia que valoriza e destaca os discursos das autoridades em detrimento das vozes das comunidades tradicionais. A ordem de fala durante a audiência pública torna-se, assim, uma expressão visível dessa subalternidade, onde as autoridades políticas ocupam um espaço central, relegando as comunidades tradicionais a uma posição secundária e periférica.

Nessa configuração, o primeiro quilombola a se pronunciar, foi o coordenador do Território Alto Trombetas II, que também é vereador da Câmara Municipal de Oriximiná, apoiador do prefeito. O discurso do vereador quilombola expressou sua insatisfação com a abordagem do IBAMA, alegando que o órgão não forneceu o tempo adequado para discussões significativas sobre um empreendimento que explora a região há mais de quarenta anos e que se projeta para expandir suas operações por mais vinte anos. A intervenção do vereador quilombola, que também atua como coordenador do Território Alto Trombetas II e apoiador do prefeito, apresenta uma interseção entre política partidária local, interesses quilombolas e grandes projetos. A grosso modo, expressa relações e alianças locais que influenciam as percepções e posturas dos quilombolas diante da proposta de expansão da exploração mineral sob os territórios quilombolas. A posição do vereador quilombola, destaca a necessidade de considerar não apenas as relações entre comunidades e empresas, mas também as dinâmicas políticas locais que moldam as respostas das lideranças.

Uma parte substancial da crítica apresentada pelo vereador também abordou a região quilombola Alto Trombetas II e o Estudo do Componente Quilombola (ECQ), que, conforme suas observações, não recebeu a devida atenção por parte do IBAMA. Ele formalizou sua insatisfação e discordância com o processo por meio de uma nota técnica, destacando a importância de uma comunicação mais efetiva com as comunidades quilombolas afetados. Paralelamente, ao reconhecer os possíveis impactos ambientais e sociais gerados pelo projeto, o vereador também reconheceu o Projeto PNM como uma iniciativa, que segundo ele, que pode proporcionar “benefícios

econômicos” para a região, alinhando-se aos interesses políticos locais que veem o projeto como uma oportunidade de fortalecer a economia regional. Além disso, o destaque aos “benefícios” econômicos, que segundo a visão marxista, é contraditória e utilitária do território, onde o valor da terra está principalmente vinculado às vantagens econômicas imediatas, refletindo uma visão instrumental do território, onde sua importância é determinada pelo que pode ser extraído economicamente.

Nos discursos dos atores das comunidades quilombolas percebeu-se uma preocupação com essa noção de “benefícios” gerados pelo empreendimento, em detrimento à preocupação com os efeitos sob o seu modo de vida, incluindo feitos sociais, culturais e ambientais, o poder. Ao longo de seus quarenta anos de atuação na região, a Mineração Rio do Norte (MRN) desenvolveu uma estratégia eficaz na criação de uma imagem de “parceria” com as comunidades. Essa estratégia baseia-se na construção de uma narrativa na qual a MRN se posiciona como uma “aliada” das comunidades, ao passo que as críticas, em sua maioria foram direcionadas aos órgãos ambientais.

Durante a audiência pública e em suas comunicações anteriores, a empresa enfatizou projetos de que desenvolve nas comunidades, apoios com combustível, festas, que “beneficiam” as pessoas que vivem nas áreas afetadas por suas operações. Essa estratégia de destaque em projetos comunitários e na relação de diálogo tem permitido à MRN acumular capital simbólico (Bourdieu, 1989), ou seja, uma forma de poder que se baseia na percepção positiva de suas ações, que é cotidianamente encenada.

Observo que a empresa cria a imagem de que não é apenas uma entidade exploradora, mas também um agente de “desenvolvimento” que trabalha em estreita colaboração com as comunidades locais. Todavia, essa percepção contrasta frequentemente com a realidade dessas comunidades afetadas, que em sua maioria enfrentam condições de vida precárias, sem ponto de saúde, perda de acesso a recursos naturais, com seus meios de vida ameaçados, falta de acesso a serviços básicos de saúde, a ausência de infraestrutura educacional adequada, entre outras problemáticas.

Ao examinarmos os discursos oficiais da empresa, como comunicados à imprensa e relatórios corporativos, identificamos a recorrência da palavra “parceria” e outras conotações positivas para se referir às comunidades quilombolas. No relatório de sustentabilidade de 2022, há uma seção específica denominada “Relações Comunitárias: diálogos e parcerias de mãos dadas”, ilustrado com uma foto de uma de duas quilombolas: uma idosa, outra jovem, destacando a ideia de gerações, cujo texto de introdução aduz o seguinte:

Respeito. Diálogo. Cuidado. Aprendizado. O compromisso da MRN com uma mineração sustentável na Amazônia está conectado ao reconhecimento dos saberes tradicionais e valorização das raízes das comunidades locais. Investir em iniciativas que impulsionem o protagonismo de ribeirinhos e quilombolas, incentivem a educação para transformar gerações e possibilitem oportunidades para formar talentos e melhorar a qualidade de vida é um legado para a empresa, para os comunitários e para a Amazônia (MRN, Relatório de Sustentabilidade, 2022 p. 62).

A ideia de “mineração sustentável” deve ser analisada criticamente à luz das complexidades das relações de poder, dos efeitos ambientais e das formas de vida das comunidades quilombolas. A ideia de “mineração sustentável”, conforme apresentada pela MRN (Mineração Rio do Norte), reflete uma dinâmica complexa entre os interesses do Estado, das empresas e as formas de vida específicas das comunidades quilombolas. Esta abordagem levanta várias questões antropológicas que não podem ser ignoradas. Em primeiro lugar, a mineração, por sua própria natureza, é uma atividade que causa danos ambientais significativos. Os esforços para minimizar esses efeitos, embora louváveis, não são suficientes para evitar a degradação ambiental e a perda de biodiversidade associadas à mineração. Além disso, a noção de “mineração sustentável” serve como uma ferramenta de legitimação para empresas mineradoras. Ao se apresentarem como preocupadas

com a sustentabilidade, essas empresas buscam obter a aprovação pública e evitar críticas relacionadas aos efeitos negativos de suas operações.

No entanto, essa retórica de sustentabilidade mascara relações de poder desiguais entre as empresas e povos afetados pela mineração. As comunidades quilombolas, por exemplo, frequentemente sofrem marginalização e violações de direitos territoriais em decorrência da expansão da atividade mineradora em seus territórios tradicionais, como veremos no próximo capítulo. A ideia de diálogo e respeito entre as partes envolvidas, promovida pela MRN, não se reflete na prática. As comunidades quilombolas frequentemente têm suas vozes negligenciadas no processo de tomada de decisão, e seus modos de vida tradicionais são frequentemente ignorados ou subjugados em favor dos interesses econômicos das empresas.

Observa-se que a violação do direito à Consulta e Consentimento Prévia, Livre e Informada (CCPLI), prevista na Convenção 169 da OIT, e a identificação das comunidades diretamente afetadas constitui uma parte fundamental dos questionamentos levantados pelas lideranças mais jovens. O discurso proferido por uma jovem líder do Território Alto Trombetas I, marcado por intensa indignação, apontou questões cruciais na discussão em torno do licenciamento do projeto minerário. Desde o início, a jovem ressaltou a proximidade entre seu território e o Território Alto II, chamando a atenção para que, apesar dessa proximidade, o Alto Trombetas I não foi incluído na Área de Influência Direta (AID) do projeto.

Além disso, a jovem liderança enfatizou a falta de retorno da empresa em relação aos estudos sobre a fauna presente em seu território. Essa indignação reflete a inquietação legítima das comunidades a respeito da escassez de diálogo e transparência por parte da empresa. Seu discurso também ressaltou, destacou a necessidade do envolvimento ativo das comunidades nas decisões que afetam diretamente suas vidas, sublinhando a necessidade da participação dos agentes sociais nas decisões que dizem respeito ao uso do seu território.

Sou quilombola do Território Mãe Domingas, Alto Trombetas I e hoje eu venho aqui com um pouco de indignação, um pouco não, muita indignação. O nosso território ele é do lado do território Alto Trombetas II e segundo os estudos que foram feitos lá prova que lá não vamos ser impactados, apenas por um quilômetro, é bem próximo né. então isso é uma indignação muito grande, muito grande. Mas a empresa está diretamente no nosso território fazendo estudo dos animais né? Até hoje ele não dá um retorno para nós nesses estudos e também pelo que eu ouvi, foi colocado aqui sobre a respeito do combustível né. Nós éramos atendidos, mas não somos mais. E hoje nós só somos atendidos se caso a pessoa morrer, que não tem mais jeito né. Já morreu não precisa mais desse apoio logístico né. Então eu vi que teve uma rodada de conversa na comunidade como foi colocado, mas não foi respeitado a Convenção 169 da OIT. Essa consulta ela não foi bem feita, nós precisamos ser consultados nós precisamos dizer a nossa indignação. E o Estudo de Componente Quilombola já foi finalizado nos territórios que vai ser impactado? pelo que eu sei não! E é lá que nós vamos dizer o ponto, porque quem conhece o território não é a empresa que vai lá fazer o estudo, nós somos nós porque somos nós que sabemos a árvore que vai ser impactada, nós que sabemos os animais que estão lá, porque não é o outro que vem lá de fora dizendo que nós não sabemos. Não tô criticando os estudos, mas quem tem que dizer que vai ser impactado somos nós, porque somos nós que sofremos um impacto no nosso dia a dia lá. Então desde já deixo minha indignação. Não sei para quem recorrer, mas eu preciso que seja revisto o estudo. Já que o IBAMA vai fazer uma visita no nosso território, vocês vão passear? Qual é o objetivo da visita de vocês? (Discurso Adriene Silvério, Território Alto Trombetas I, Audiência Pública PNM, em 12 de maio de 2023).

Em resposta, o diretor jurídico de sustentabilidade da empresa justificou a exclusão do Território Alto Trombetas I com base em argumentos técnicos, enfatizando que a comunidade não está presente na microbacia afetada diretamente. Além disso, mencionou que a consulta na forma do Artigo 69, que diz respeito ao processo de consulta prévia, foi objeto

de deliberação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e comunicada ao Ministério Público Federal. Segundo ele, até o momento, não houve elementos suficientes para determinar se essa consulta deveria ser estendida à referida comunidade.

Essa discussão do AT I no ECQ, enfim, ela é objeto de estudo científico, é isso técnico, realizados pela ARCADIS e ela assegura que não terá impactos diretos no território. Exatamente porque não está sequer presente na microbacia. A extensão dessa comunidade no ECQ, já que não existe o aspecto do impacto direto e aí a consulta da OIT na forma 169, ela foi objeto inclusiva de deliberação pelo próprio INCRA e levado ao conhecimento do Ministério Público Federal que entendeu que até o presente momento não haveria elementos para dizer com certeza se deveria ser estendido ou não a essa consulta na forma da OIT 169. Agora eu quero te assegurar nesse pouco tempo que me resta aqui, independentemente, nós a mineração entendemos que essas mesas de diálogos permanentes que existem com as comunidades, essas consultas prévias elas são uma forma de consulta. E isso eu acho que sendo bem feita como eu acredito que é e pode melhorar muito, independentemente, nós vamos construir condições e melhorias que sejam possíveis e que possam mudar a vida das pessoas, não interessa a aplicação da 169. A 169, isso é uma questão tecnicista, o que interessa é o diálogo existente, a mesa de diálogo permanente e a construção de uma relação extremamente respeitosa e que possa e assegure essas melhorias para todo o território (Diretor Jurídico de Sustentabilidade da MRN, Audiência Pública realizada em 12 de maio de 2023).

A empresa utiliza a perspectiva técnica e legal como uma estratégia para legitimar sua posição, dando ênfase à exclusão das comunidades dos estudos e às deliberações do INCRA e do Ministério Público Federal. Esse enfoque técnico e legal, segundo a análise crítica, serviria como um instrumento para justificar a não inclusão das comunidades nos estudos, minimizando as preocupações com os possíveis impactos em suas vidas e territórios.

A discussão sobre a Consulta e Consentimento Prévia, Livre e Informada (CCPLI), conforme a Convenção 169 da OIT, destaca um desequilíbrio de poder no acesso à expressão e participação nas decisões, revelando uma clara situação de subalternidade das comunidades tradicionais frente aos grandes projetos. A resposta técnica e legal da empresa para justificar a exclusão do Estudo do Componente Quilombola, reforça uma estratégia de aparência, que, sob a análise crítica, negligencia os direitos e preocupações das comunidades, evidenciando a lógica de dominação nas relações. Em suma, a relação entre a empresa e as comunidades quilombolas, quando analisada criticamente, revela uma dinâmica complexa de poder, estratégias de legitimação e negligência de direitos fundamentais.

## Resultados e discussões

A análise crítica apresentada no artigo revela a complexa dinâmica de marginalização e resistência das comunidades quilombolas do Rio Trombetas, confrontadas com a expansão da mineração e as políticas de conservação ambiental. Este estudo evidencia a sobreposição de interesses econômicos e ambientais sobre os direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais, configurando uma forma de racismo estrutural que perpetua a subalternidade dessas populações. Os resultados destacados apontam que a criação de áreas protegidas, tais como a Reserva Biológica do Rio Trombetas e a Floresta Nacional Saracá-Taquera, embora ostensivamente destinadas à proteção ambiental, têm imposto severas restrições ao acesso das comunidades quilombolas aos recursos naturais imprescindíveis para sua sobrevivência e reprodução sociocultural. Essas ações não apenas reconfiguram o espaço físico, mas também exercem uma pressão significativa sobre a autonomia, os modos de vida e as estruturas tradicionais dessas comunidades, exacerbando os conflitos socioterritoriais e gerando novas camadas de marginalização e resistência.

A intensificação das atividades mineradoras pela Mineração Rio do Norte (MRN) agrava ainda mais essa conjuntura. A mineração intensiva não

apenas provoca degradação ambiental e poluição, mas também intensifica os conflitos fundiários e a pressão sobre os territórios quilombolas. A narrativa de parceria, frequentemente propagada pela empresa, mascara as assimetrias de poder e perpetua formas sutis e insidiosas de dominação. Este fenômeno pode ser compreendido a partir de diversos ângulos sociológicos que elucidam como estratégias discursivas e práticas de “parceria” são instrumentalizadas para legitimar a exploração e silenciar a resistência.

Primeiramente, a empresa mineradora utiliza a retórica de parceria para construir um capital simbólico positivo, apresentando-se como uma entidade benevolente e cooperativa que contribui para o desenvolvimento local. Esta estratégia visa obter legitimidade e apoio público, desarmando críticas e resistências ao projeto minerário. Na prática, entretanto, essa parceria é desigual, refletindo a dominação sutil onde a empresa impõe suas condições e expectativas sob o pretexto de cooperação mútua. A promessa de benefícios econômicos e sociais cria uma relação de dependência das comunidades quilombolas em relação à empresa mineradora. Este vínculo reforça a dominação ao posicionar a empresa como a principal fonte de recursos e oportunidades, diminuindo a autonomia das comunidades e enfraquecendo suas estruturas tradicionais de subsistência e organização social. A dependência econômica é usada como um meio de controle, onde a empresa dita as condições e limites da “parceria”.

Ao envolver as comunidades em um discurso de parceria, a empresa mineradora pode diluir e desviar as demandas coletivas por reconhecimento de direitos territoriais e culturais. A retórica de responsabilidade social corporativa serve para legitimar práticas exploratórias, apresentando-as como necessárias e benéficas para o desenvolvimento regional, enquanto, de fato, perpetuam a marginalização e exploração das comunidades quilombolas.

A metodologia empregada no estudo, que inclui etnografia documental e observações diretas, revela a inadequação dos processos de licenciamento ambiental, que frequentemente desconsideram o direito à Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme estipulado pela Convenção 169 da OIT.

A voz das comunidades, em especial das lideranças jovens, é frequentemente silenciada ou ignorada, refletindo uma falta de diálogo genuíno e de transparência por parte das empresas envolvidas.

As assimetrias de poder entre as comunidades quilombolas e as forças externas que impõem as transformações territoriais são evidentes na imposição unilateral de limites e na sobreposição de áreas de preservação e exploração mineral. Essas ações, além de reconfigurarem o espaço físico, exercem uma pressão significativa sobre a autonomia, os modos de vida e as estruturas tradicionais dessas comunidades. Nesse contexto, a análise das dinâmicas de poder é crucial para entender como as comunidades quilombolas respondem às imposições externas, resistindo, adaptando-se ou negociando suas identidades e territórios. As contradições inerentes a essas interações desempenham um papel fundamental na complexidade do conflito étnico-territorial, delineando não apenas a disputa por territórios, mas também as transformações profundas nas estruturas sociais e culturais dessas comunidades. A luta pelo reconhecimento emerge como um elemento-chave no cenário analisado. A busca por titulação efetiva de seus territórios representa um esforço constante, permeado por desafios que vão desde entraves burocráticos até resistência por parte de forças externas interessadas na exploração econômica da região. A resistência dessas comunidades vai além da reivindicação territorial; é uma batalha pela preservação de identidades, tradições e formas de vida que enfrentam ameaças constantes.

As estratégias empresariais, guiadas pelo imperativo do lucro e pela busca incessante por recursos naturais, emergem como agentes centrais na violação dos direitos quilombolas. A ausência de processos adequados de escuta ativa demonstra uma lacuna na compreensão das demandas e necessidades das comunidades afetadas. A falta de diálogo transparente contribui para a perpetuação de assimetrias de poder, onde as vozes quilombolas são frequentemente silenciadas em detrimento dos interesses corporativos. A audiência pública do Projeto Novas Minas (PNM) revelou-se não apenas um fórum de discussão técnica sobre os efeitos ambientais e sociais

da mineração, mas também uma arena onde dinâmica de poder e violações de direitos emergiram de maneira evidente. Este evento, burocrático, transcendeu sua função superficial ao expor as tensões entre comunidades quilombolas e os interesses da indústria mineradora, evidenciando um cenário onde o exercício do poder molda de maneira profunda e desigual as mobilizações das comunidades envolvidas. A alocação de tempo durante a audiência não foi meramente procedimental, mas sim um reflexo das intrincadas negociações de poder entre diferentes atores. A mesa diretora, detentora do controle sobre o tempo, emergiu como uma figura central na regulação das vozes que poderiam ser expressas. Esse controle não foi apenas um aspecto burocrático, mas uma manifestação tangível da manutenção das estruturas de poder e ordem social, onde as autoridades políticas e representantes da indústria detinham uma influência significativa sobre o fluxo da discussão.

As comunidades quilombolas, por sua vez, encontravam-se em uma posição periférica e muitas vezes subalternizada. A ordem de fala prolongada, que as colocou como as últimas a terem a oportunidade de expressar suas preocupações, refletiu uma clara hierarquia que privilegiava as autoridades políticas e representantes da indústria em detrimento das vozes das comunidades tradicionais. Essa dinâmica ilustrou vividamente a subalternidade dessas comunidades, cujas vozes foram sistematicamente silenciadas diante dos interesses mais amplos em jogo. A presença de formas específicas de poder, tanto econômico quanto político, foi evidente ao longo da audiência. As estratégias de legitimação adotadas pelas empresas mineradoras, destacando-se como “parceiras” das comunidades, revelaram-se como tentativas de consolidar um capital simbólico positivo, obscurecendo a realidade das condições de vida das comunidades afetadas. O jogo político local também se fez presente, desviando a atenção de questões cruciais, ressaltando a influência dessas dinâmicas políticas na configuração do debate.

## Referências Bibliográficas

ACEVEDO MARIN, R. E.; CASTRO, E. R. D. **Negros de Trombetas**: guardiões de matas e rios. – 2. ed. \_ Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ANDRADE, L. M. M. de. (1995). **Os quilombos da bacia do rio Trombetas: breve histórico**. Revista De Antropologia, 38(1), 79–99.

BRONZ, Deborah. **Do Campo Etnográfico ao Campo Político: Uma Análise dos Bastidores do Licenciamento Ambiental**. Guarimã – Revista de Antropologia & Política, ISSN – 2675–9802, Vol.1, N 1, Julho–Dezembro de 2020

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2016.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará/**. – Manaus, 2016.

FUNES, E. A. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas (Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas)**. Oriximiná; São Paulo: ARQMO; CPI-SP, 2000.

LOPES, J. L. L. **A ambientalização dos conflitos sociais** / José Sergio Leite Lopes (coordenador) / Diana Antonaz, Rosane Prado, Gláucia Silva (orgs.) / Beatriz Heredia... [et al.]. – Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UF RJ, 2004.

MACHADO, R. D. C. **Implantação do Projeto Trombetas na Amazônia**: de 1962 a 1972. 62o CONGRESSO ANUAL DA ABM, 23 a 27 de julho de 2007. Vitória: [s.n.]. 2007.

TURNER, Victor Witter (2005). **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Tradução Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, tradução (capítulos I, III e IV) e revisão técnica Arno Vogel. Niterói: EDUFF.

ZHOURI, Andréa. **JUSTIÇA AMBIENTAL, DIVERSIDADE CULTURAL E ACCOUNTABILITY: Desafios para a governança ambiental**. RBCS Vol. 23 n.o 68 outubro/2008.